



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVA

1

2 **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE,**
3 **REALIZADA NO DIA VINTE E SETE DE AGOSTO DE DOIS MIL E VINTE E**
4 **CINCO (27/08/2025) (gravação de áudio arquivado na Secretaria deste**
5 **Conselho).** O presidente Newton Fernando Veteri iniciou a reunião colocando
6 em votação a autorização para que Lucilene, coordenadora diocesana da
7 Pastoral da Saúde, pudesse realizar um convite. Não havendo manifestações
8 contrárias, a proposta foi aprovada por unanimidade. A Lucilene, coordenadora
9 diocesana e estadual da Pastoral da Saúde, realizou um convite aos membros
10 do Conselho para participarem do Encontro Estadual da Pastoral da Saúde,
11 que ocorrerá no dia 20 de setembro, na Paróquia Nossa Senhora de Fátima, a
12 partir das 8h30, no Parque Flamengo, Rua Aurora do Norte, 55. Informou que
13 haverá uma taxa de R\$ 30, destinada à alimentação dos participantes, e que as
14 inscrições serão feitas por meio de link específico, que será encaminhado ao
15 presidente do Conselho para repasse aos conselheiros. Lucilene destacou a
16 importância da presença dos conselheiros, a fim de conhecerem melhor o
17 trabalho desenvolvido pela Pastoral, que atua em conjunto com as unidades de
18 saúde. Ressaltou ainda a participação de palestrantes locais, como Francine,
19 da área de imunização, que abordará a importância da vacinação diante das
20 baixas coberturas registradas no Estado, e Alexandre Céspedes, que tratará do
21 tema saúde mental. Outros palestrantes confirmados incluem o Dr. Rafael, de
22 Novo Horizonte, especialista em urologia e geriatria, que falará sobre a
23 prevenção do câncer de próstata, além do Dr. Washington e mais quatro
24 convidados. Encerrando, agradeceu o espaço concedido e reforçou o convite
25 aos conselheiros para que participem do encontro. O presidente Veteri
26 agradeceu à Lucilene e informou que o convite será repassado aos membros
27 do Conselho. Na sequência, colocou em votação a **inclusão na pauta** de
28 solicitação apresentada pela conselheira Ana Carolina, encaminhada por
29 intermédio do conselheiro Leonardo, bem como o pedido de **uso da palavra**
30 pelo ex-conselheiro Antônio Bento, ao final da reunião. Não havendo
31 manifestações contrárias, as propostas foram aprovadas por unanimidade. Nos
32 **informes da mesa diretora**, o presidente Veteri agradeceu à Fundação Padre
33 Albino pelo envio do caderno de atividades referente ao ano de 2024,
34 destacando que o material estará disponível na secretaria para consulta dos

36 membros. Ressaltou que o anuário apresenta dados relevantes sobre
37 consultas, internações e demais serviços prestados pelos diversos
38 departamentos da Fundação, os quais poderão servir de análise aos
39 conselheiros. Informou ainda que foi solicitado ao Departamento Jurídico da
40 Prefeitura um parecer sobre a vaga destinada à entidade **ARCOS**, tendo em
41 vista que a instituição utiliza imóvel cedido pela municipalidade, o que poderia
42 impossibilitar sua participação no segmento de usuários. Até o momento,
43 aguarda-se resposta do jurídico para definição sobre o preenchimento da vaga
44 em aberto. Na sequência, comunicou a indicação realizada pela **Fundação**
45 **Padre Albino**, por meio da Unifipa, para o segmento acadêmico, apresentando
46 como titular a Sra. Luciana Braz de Oliveira Paz e como suplente a Sra.
47 Roberta Zanqueta Viola, ambas com vasta formação acadêmica. A proposta foi
48 submetida ao plenário e, não havendo manifestações contrárias, os nomes
49 foram **aprovados por unanimidade**. Newton lembrou que, na última reunião,
50 o ex-conselheiro Sebastião fez uso da palavra e apresentou um extenso
51 relatório sobre problemas identificados em algumas unidades de saúde.
52 Destacou que, a pedido da conselheira Thaisa, foi elaborado o documento para
53 encaminhamento à Secretaria de Saúde. No entanto, esclareceu que ainda não
54 foi emitido o ofício necessário para formalizar o processo, de modo que a
55 secretaria possa adotar as devidas providências e apresentar resposta às
56 demandas relatadas. Newton informou que o **Instituto Federal** encaminhou
57 solicitação ao Conselho questionando se já havia sido discutido o tema
58 psilocibina. Explicou que realizou uma pesquisa prévia e constatou tratar-se de
59 um cogumelo alucinógeno. Ressaltou que, até onde se tem registro, o assunto
60 nunca foi tratado nas reuniões do Conselho, tendo sido essa a resposta
61 encaminhada à instituição. Newton recordou que, na última reunião, foi
62 aprovada **moção de aplauso** ao Dr. Ricardo, em reconhecimento pela
63 apresentação do trabalho referente à criação do ambulatório de gestação de
64 risco, cuja indicação partiu da conselheira Benedita. Informou que a moção foi
65 confeccionada pelo conselheiro Guido, por meio da Comissão de
66 Comunicação, e que será entregue ao homenageado em seu local de trabalho,

69 com encaminhamento realizado pela conselheira Benedita em conjunto com a
70 comissão. Newton informou que, a pedido da conselheira Thaisa, foi realizada
71 uma reunião extraordinária com as comissões, na qual foram alinhados
72 diversos assuntos, os quais poderão ser repassados aos demais conselheiros
73 pelas próprias comissões. Também mencionou que, na segunda-feira, ocorreu
74 reunião da Comissão de Finanças para análise de um relatório. Embora não
75 tenha concordado com o conteúdo apresentado, a comissão manteve a
76 assinatura do documento, que será posteriormente disponibilizado aos
77 conselheiros. Encerrados os informes da mesa diretora, Newton abriu espaço
78 para manifestação dos **coordenadores das comissões permanentes**, que
79 poderiam fazer uso da palavra conforme desejassem. O conselheiro Guido
80 Corsini Neto, representante da ACE e da Comissão de Comunicação, informou
81 que a placa e o totem do Conselho já estão em fase de produção. Esclareceu
82 que o aprimoramento do logotipo, previamente aprovado pela comissão, não
83 configura uma mudança significativa: o nome “Conselho Municipal de Saúde de
84 Catanduva” foi retirado do miolo do símbolo, centralizando-se apenas a sigla
85 CMS ao lado. Guido mencionou que os dois layouts enviados pela Secretaria
86 de Comunicação serão apresentados à mesa diretora para votação pelos
87 conselheiros. Ressaltou ainda que, além dessas ações, a comissão pretende
88 iniciar investimentos em capacitação. A conselheira Ana Carolina Cordeiro
89 Rulli, representante do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo
90 informou que a comissão está planejando a realização de um evento destinado
91 a suplentes, conselheiros e à população em geral, com o objetivo de promover
92 uma palestra sobre o papel e as atribuições de um conselheiro de saúde.
93 Mencionou que já foi convidada uma pessoa para ministrar a palestra, sendo
94 necessário apenas ajustar a agenda junto ao Conselho. Newton seguiu a
95 **quinta pauta**, a análise, discussão e votação da ata da reunião ordinária do
96 mês de julho, previamente enviada aos conselheiros por meio de WhatsApp e
97 e-mail. Não havendo observações ou manifestações contrárias, a ata foi
98 **aprovada por unanimidade**. Newton informou que, devido à indisponibilidade
99 do Leonardo, a apreciação da ata da reunião extraordinária será adiada para a
100 próxima reunião.

Em seguida, deu início ao **sétimo item** da pauta, referente à discussão, votação e apresentação do relatório das prestações de contas da Secretaria de Saúde, relativo ao mês de junho de 2025. Informou que a coordenadora da Comissão de Finanças, conselheira Benedita, não pôde comparecer por motivo de saúde, e que a suplente não estava familiarizada com o conteúdo apresentado. Por esse motivo, Veteri procedeu à leitura integral do relatório elaborado pela comissão, a fim de que os conselheiros tivessem acesso às informações. O presidente Veteri procedeu à leitura integral do relatório da Comissão de Orçamento e Finanças, com as falas literais registradas a seguir:

"Bom, Catanduva, 15 de agosto de 2025, Comissão de Orçamento e Finanças, Coordenadora Benedita de Fátima Donadon, Relator Thaísa Garcia Vicente de Oliveira, Membros Ana Carolina Cordeiro Rulli, Benedita de Fátima Donadon, Sérgio Menoci Rodrigues Dos Santos e Thaísa Garcia Vicente de Oliveira. Parecer 08 de 2025. Assunto: Prestação de Contas de Junho de 2025 da Secretaria Municipal de Saúde. Introdução. Conselho Municipal de Saúde Catanduva, órgão colegiado de caráter permanente e deliberativo, regulamentado pela Lei Municipal nº 5.917, de 9 de março de 2018, e Decreto Municipal nº 7.409, de 3 de julho de 2018, conta em sua organização com as comissões. As comissões são constituídas pelo plenário para assessorar o Conselho Municipal de Saúde, podendo ser setoriais ou intersetoriais, permanentes ou transitórias, e terão caráter essencialmente complementar à educação e à atuação do Conselho Municipal de Saúde. A Comissão de Orçamento e Finanças, constituída em caráter permanente, tem a competência de acompanhar a execução orçamentária e financeira da Secretaria Municipal de Saúde, o recebimento e aplicação dos recursos transferidos da União-Estado, apreciar os relatórios orçamentários e financeiros em conformidade com a legislação vigente, dentre outras atribuições delegadas pelo presidente ou pelo plenário. Nesse contexto, a Comissão de Orçamento e Finanças emite o presente parecer com a finalidade de subsidiar o plenário do Conselho Municipal de Saúde de Catanduva em suas deliberações. Assunto: Prestação de contas de junho de 2025 da Secretaria Municipal de Saúde. Ciência do

processo administrativo 1682/2025, e demonstração de fluxo e definição de datas e trabalhos da Comissão. Análise. A Comissão de Orçamento e Finanças se reuniu na sede do Conselho Municipal de Saúde, no dia 15 de agosto de 2025. Iniciamos os trabalhos, trazendo convencimentos sobre o processo administrativo 1685/2025, que trata sobre movimentações bancárias e inconsistências levantadas pela Comissão de Avaliação dos contratos da gestão de saúde de Catanduva no contrato de gestão 69/2020. Foi também dado boas-vindas à nova integrante, Ana Carolina, detalhado o fluxo da análise da Comissão, enfatizando a necessidade de convidar novos membros e estendendo o convite aos suplentes do Conselho, levantando-se a ideia de que os suplentes presenciem as reuniões de comissões e ordinárias. Foi apresentado o processo administrativo de Glosa da Comissão de Avaliação dos Contratos de Gestão da Secretaria de Saúde, da qual possuem integrantes conselheiros. Em seguida, analisamos o relatório mensal da prestação de contas de junho de 2025, emitido pela Secretaria de Saúde, tendo a explicação para ciência dos aditamentos referentes aos contratos: aditamento do convênio 01/2022 , junto a APAE, 31 de outubro de 2025, devido a vícios de redação e operacionalização, ensejando rescisão e formalização de novo instrumento; aditamento do prazo de contrato da gestão 118/2024 com o Hospital Mahatma Gandhi, referente ao gerenciamento e execução das ações e serviços de saúde do município de Catanduva, de 01/06/2024 a 01/06/2025, sem aumento de valor; novo contrato 146/2025 com a Smile Prótese Dental LTDA, no valor de R\$ 194.000,00, pelo período de 10/06/2025 a 10/06/2026; aditamento do termo de fomento 04/2023 junto à Associação Beneficente de Pindorama, pelo período de 07/2025 a 06/06/2026, sem aumento de valor. As novas reuniões da comissão foram marcadas para toda segunda-feira de cada mês, às 21h30. A nova membra também sinalizou interesse em participar da reunião da Comissão de Avaliação de Contratos da Gestão, verificando ainda os livros da prestação de contas do Conselho. Conclusão, parecer da comissão. Por todo o exposto, a Comissão de Orçamento e Finanças do Conselho Municipal de Saúde de Catanduva, referente à prestação de contas de julho, agosto e setembro de 2024, da Secretaria Municipal de Saúde, indica a aprovação dos

relatórios mensais das contas referentes aos meses, aguardando a finalização dos trâmites do processo administrativo 16-182-2025, bem como a conclusão dos processos de Glosa referentes aos contratos de gestão 69-2020 e 118-2024, evidenciando a necessidade de mais integrantes para compor a comissão para melhor análise." O presidente Newton manifestou sua posição em relação à prestação de contas, tanto na reunião extraordinária quanto na reunião com os membros da comissão, declarando que não concordava com a aprovação do parecer apresentado, devido a inconsistências identificadas, especialmente no que diz respeito ao provisionamento de recursos. Destacou que, recentemente, uma operação da Polícia Federal e do GAECO havia evidenciado problemas na gestão, reforçando sua preocupação com a confiabilidade das informações. Newton ressaltou que, embora tenha sido assinado o parecer, a decisão sobre aprovação ou não caberia ao plenário do Conselho. Esclareceu que a leitura detalhada do documento visou garantir que não houvesse omissão por parte do Conselho e que todos tivessem conhecimento do conteúdo antes de deliberar. Em seguida, abriu a palavra para discussão, orientando que os conselheiros se identificassem antes de se manifestar, enfatizando que naquele momento tratava-se apenas de debate sobre a prestação de contas, e não da votação. A conselheira Ana Carolina sugeriu que a votação da prestação de contas fosse realizada de forma nominal. O presidente Newton confirmou a possibilidade e, não havendo manifestações contrárias, a proposta foi **aprovada por unanimidade**, ficando definido que a votação seria nominal. O conselheiro Adriano César de Araujo, representante da Secretaria de Saúde esclareceu aos presentes que Catanduva não está sendo investigada no âmbito da operação citada, ressaltando que os problemas surgiram em razão de ações irregulares de uma diretoria anterior, cuja sede estava no município. Informou que a Prefeitura está realizando os pagamentos de pensões e demais obrigações, ainda que alguns processos dependam de liberação judicial. Adriano detalhou que, durante a análise das prestações de contas, foram identificadas movimentações irregulares em uma fintech, levando à emissão de dois ofícios e à instauração de processo administrativo, seguindo os trâmites legais. A instituição

201 respondeu confirmando bloqueios, considerados ilegais por se tratarem de
202 recursos públicos, o que resultou em parecer jurídico recomendando o
203 encerramento dos contratos envolvidos, incluindo o do Hospital Mahatma
204 Gandhi. Para resguardar os pagamentos dos funcionários, a Prefeitura reteve
205 os repasses dos contratos e acionou o sindicato e a Justiça do Trabalho,
206 obtendo liberação judicial para efetuar os pagamentos diretamente. Adriano
207 reforçou que a ação policial subsequente, que resultou em prisões em cidades
208 como Rio de Janeiro, Araçatuba e Bebedouro, não envolveu Catanduva, não
209 havendo qualquer citação ou responsabilização de pessoas ou órgãos do
210 município. Adriano detalhou ainda que, em relação ao provisionamento,
211 aguarda posicionamento da intervenção, mas já realizou levantamentos
212 internos desde 2020, confirmando que os registros contábeis refletem
213 corretamente as provisões. Esclareceu que, ao se tratar da aprovação das
214 contas, refere-se a toda a Secretaria de Saúde, abrangendo despesas com
215 ambulâncias, combustível, recursos humanos, medicação, materiais, zoonoses,
216 , além de diversos contratos, como Corujas do Bem e APAE, e não apenas as
217 situações específicas como o Hospital Mahatma Gandhi. Adriano destacou que
218 há questões em aberto quanto à intervenção, que solicitou a prorrogação por
219 mais 90 dias, e à renovação de convênios hospitalares, especialmente com um
220 hospital psiquiátrico que atende 102 municípios da regional de saúde.
221 Ressaltou que o convênio vence em breve e que a renovação é essencial para
222 a continuidade dos serviços, enfatizando sua preocupação em preservar a
223 instituição, que é histórica e relevante para o município, mesmo diante dos
224 prejuízos causados por gestões anteriores. Adriano informou que, por
225 determinação judicial, alguns contratos ainda serão mantidos temporariamente,
226 mas reforçou que a principal preocupação da gestão é garantir a continuidade
227 do hospital e da instituição, o que representará um desafio futuro. Acrescentou
228 ainda, em caráter de informes, que no período da manhã teve início o processo
229 de licitação da UPA. Quatro empresas participaram da fase inicial,
230 apresentando documentação: uma de Pirangi, uma de Herculândia, a Bom
231 Jesus de Monte Alto e a INDSH de São Paulo. Nesta etapa, houve apenas a
232 entrega dos documentos, que agora passarão por análise. Posteriormente,

serão abertas as propostas técnicas e financeiras, dando sequência ao processo licitatório. Newton esclareceu que, ao se referir às contas, buscava reforçar a necessidade de a Comissão de Orçamento e Finanças realizar análises mais detalhadas. Destacou que a comissão deveria separar os pontos corretos daqueles que apresentassem inconsistências ou irregularidades, especialmente nos contratos com a OS. Segundo ele, a função da comissão é identificar essas situações, trazê-las ao Conselho e solicitar explicações, evitando parecer que todos os processos estão corretos sem a devida verificação. Adriano aproveitou a colocação anterior para destacar a importância de formalizar as demandas. Ele ressaltou que muitas questões são levantadas apenas verbalmente, sem registros documentais, o que dificulta as ações da Secretaria. Defendeu que a Comissão e os conselheiros encaminhem solicitações e apontamentos por escrito, seja em forma de esclarecimentos ou denúncias, para que haja respaldo e possibilidade de cobrança efetiva. Segundo ele, o Conselho deve atuar como um braço da Secretaria, auxiliando na fiscalização e no acompanhamento, e não apenas em embates. José Ricardo Garcia, representante do governo e suplente da conselheira Thaísa, relatou sua experiência como membro da Comissão de Avaliação dos Contratos e Convênios da Secretaria de Saúde, especialmente sobre o saldo de provisionamento. Ele explicou que, entre 2021 e 2024, acompanhou esse processo a pedido da então secretária Cláudia, que havia identificado a questão. Segundo ele, o contrato exigia que houvesse apenas uma conta para monitoramento do saldo, mas a entidade utilizava outras contas, o que gerava inconsistências. A comissão passou a solicitar verificações, simulações de pagamento e análises jurídicas, mas o processo se arrastava, com respostas demoradas que chegavam a levar mais de seis meses. A entidade, em seus documentos, sempre afirmava que o saldo em conta correspondia aos valores necessários para cobrir tributos e pagamentos, mas na prática eram notadas oscilações significativas — em alguns momentos havia depósitos após cobranças da comissão, e em outros faltava dinheiro. Ricardo destacou que a comissão sempre buscou verificar essas questões, mas que a morosidade e a

267 dificuldade de obter respostas efetivas prejudicavam o acompanhamento. Após
268 se afastar, deixou de acompanhar a finalização do processo. Ricardo
269 acrescentou que um novo colaborador da comissão iniciou levantamentos
270 recentes, compartilhados com o secretário Adriano. Informou que a entidade
271 estaria realizando movimentações irregulares, retirando recursos do saldo e
272 transferindo-os para uma conta que não corresponde à destinada ao
273 provisionamento. Colocou-se à disposição para esclarecer eventuais dúvidas
274 sobre o período em que acompanhou o processo. Adriano acrescentou que,
275 nos próximos contratos, já foi discutido com o setor jurídico que a conta de
276 provisionamento ficará sob responsabilidade da Prefeitura, e não mais da OS
277 contratada. Informou ainda que está sendo elaborado um documento legal para
278 incluir essa medida como cláusula contratual, independentemente da empresa
279 vencedora. Marco Cesar Gussoni, representante da OAB, destacou que
280 compreende a gravidade dos problemas causados pela atuação da OS na
281 saúde do município e ressaltou a importância de manter os debates de forma
282 aberta e transparente. Relatou que participa da comissão de fiscalização dos
283 contratos e acompanha mensalmente os trabalhos realizados. Ele observou
284 que não basta apenas discordar de um relatório sem justificativa sólida,
285 frisando que os problemas gerados pela OS não podem, por si só, invalidar
286 uma prestação de contas sem indícios concretos de irregularidades. Lembrou
287 que o processo está em sigilo e que, até o momento, não há informações
288 oficiais de que a Prefeitura de Catanduva esteja sob investigação. Assim,
289 caberá à Justiça avaliar e decidir no tempo oportuno se houve ou não
290 envolvimento da administração municipal. Por fim, ressaltou que as falhas
291 contratuais já haviam sido constatadas pela comissão antes mesmo da
292 operação policial, motivo pelo qual foram feitos requerimentos à Secretaria de
293 Saúde. Newton esclareceu que existem duas comissões distintas atuando
294 sobre o tema: uma vinculada à Secretaria Municipal de Saúde, da qual alguns
295 conselheiros fazem parte, e outra própria do Conselho Municipal de Saúde.
296 Ressaltou que os trabalhos e relatórios produzidos pela comissão da Secretaria
297 não foram oficialmente encaminhados ao Conselho, motivo pelo qual o
298 colegiado não teve acesso a essas informações.

300 Segundo ele, enquanto o relatório da comissão do Conselho descreveu uma
301 situação aparentemente positiva, a realidade apontada pela comissão da
302 Secretaria é bem diferente. Newton destacou que essa divergência de
303 informações motivou a convocação de reunião extraordinária, mas mesmo
304 assim manteve-se a visão de que “está tudo certo”, posição com a qual não
305 concorda. Pontuou ainda que o mínimo esperado seria que a comissão do
306 Conselho tivesse registrado os problemas detectados, como a ausência de
307 saldo de provisionamento, a utilização de fintech para manipulação de números
308 e um processo no Tribunal de Contas com cerca de 800 páginas, no qual já foi
309 apontado que não há saldo em conta. Relatou que o jurídico determinou
310 devolução de recursos, mas a OS (Mahatma) alegou não ter os valores,
311 gerando impasse. Concluiu reiterando que essa é a diferença central entre as
312 duas comissões e que era necessário situar os conselheiros sobre o real
313 cenário. Marco destacou que não participou da reunião de segunda-feira, pois
314 não integra a comissão em questão, e considerou que essa situação deve ser
315 administrada pela presidência do Conselho. Relatou que, nas reuniões em que
316 participou, o foco foi levantar informações sólidas e não fragmentadas, para
317 então elaborar um relatório consistente. Segundo ele, após a operação, foram
318 solicitadas informações adicionais à Secretaria de Saúde, incluindo questões
319 da fintech e de movimentações de contas. Essas informações foram
320 encaminhadas à Secretaria, que rapidamente as remeteu ao jurídico,
321 resultando em um parecer dentro de poucos dias, desencadeando
322 desdobramentos significativos. Marco reforçou que, até o momento, não houve
323 apresentação de relatório pela comissão em que atua justamente porque ainda
324 não há elementos totalmente concretos. Ressaltou que a votação de pareceres
325 sem base em dados comprovados fragiliza a atuação do Conselho. Por isso,
326 sugeriu suspender a votação do relatório em análise e realizar uma reavaliação
327 com base em informações efetivas. Para ele, alegações baseadas apenas em
328 notícias da mídia não são suficientes para invalidar um parecer, pois ainda não
329 se sabe a real dimensão dos problemas apontados. Concluiu propondo a
330 criação de uma subcomissão que possa aprofundar a apuração antes de
331 qualquer decisão definitiva do Conselho. Marina Domingos Vitor, representante

333 da Diocese de Catanduva iniciou sua fala destacando que, desde que
334 ingressou no Conselho, não houve provisionamento adequado para o
335 pagamento dos funcionários por parte do Mahatma. Ressaltou que essa
336 situação não é boato, mas um fato real, confirmado em sua experiência de
337 mais de dez anos como conselheira. Ela afirmou que, enquanto não houver um
338 provisionamento efetivo e comprovado em valores financeiros para garantir os
339 pagamentos, não votará favoravelmente às contas, independentemente de
340 quem seja o responsável — prefeitura ou organização social. Marina frisou que
341 sua posição não é contra pessoas ou gestores, por quem demonstra respeito e
342 apreço, mas sim uma defesa da correção e da responsabilidade com os
343 recursos. Relatou que, em ocasiões passadas, chegou a votar favoravelmente
344 com ressalvas, mas se arrependeu de ter voltado atrás em sua decisão diante
345 de argumentações externas. Por isso, reforçou que, doravante, manterá firme
346 sua palavra: só votará a favor quando houver provisionamento documentado
347 (citando valores como 200 mil ou 300 mil reais). Caso contrário, se absterá ou
348 registrará ressalvas em sua posição. Concluiu reafirmando que, apesar de seu
349 carinho pelos demais conselheiros e advogados presentes, não abrirá mão de
350 sua convicção de que “o correto tem que ser correto”. Ricardo, representando o
351 governo, esclareceu que, durante sua atuação na Comissão de Avaliação dos
352 Contratos e Convênios, sempre verificou tanto a provisão quanto as contas,
353 constatando que havia dinheiro disponível, embora ocorressem oscilações. Ele
354 destacou que a prática de pressionar a entidade levava a depósitos regulares,
355 e que, portanto, afirmar que nunca houve provisionamento seria incorreto.
356 Segundo Ricardo, eventuais irregularidades recentes, como a movimentação
357 de recursos para contas inadequadas (“jogatina”), não refletem a realidade
358 histórica do saldo, que ele acompanhava inclusive por meio de extratos
359 bancários. Ele reconheceu que a provisão inicial poderia ser superestimada,
360 mas, após ajustes e simulações, o saldo final existia, garantindo o pagamento
361 das obrigações. Adriano esclareceu à conselheira Marina que assume
362 pessoalmente toda a responsabilidade pelos contratos e gastos realizados,
363 ressaltando que qualquer erro será cobrado futuramente, mesmo anos depois,
364 e que responde com seu patrimônio pessoal, incluindo sua casa. Ele enfatizou

que a responsabilidade perante o Tribunal de Contas e o Ministério Público é sua e do Prefeito, destacando o grande peso dessa responsabilidade e seu receio quanto a possíveis consequências legais. José Vendramini, fundador do conselho municipal de saúde, relatou a evolução das Organizações Sociais (OS) na cidade e os problemas recorrentes de provisionamento de recursos para pagamento de funcionários. Ele destacou casos históricos em que houve falhas na gestão financeira das OS, resultando em atrasos de salários, falta de provisionamento e necessidade de intervenção da prefeitura para quitar débitos trabalhistas. Vendramini enfatizou que, em todos os casos, a municipalidade acabou assumindo os pagamentos para regularizar a situação, evidenciando a importância do acompanhamento rigoroso das contas e do provisionamento de recursos para garantir a continuidade dos serviços e o pagamento dos trabalhadores. José Vendramini enfatizou que o problema central é a falta de provisionamento pelas OS, que frequentemente deixa a prefeitura responsável pelo pagamento de rescisões e salários. Ele chamou o provisionamento de “calcanhar de Aquiles” e destacou a necessidade de criar um mecanismo no qual a reserva financeira fique sob responsabilidade da Secretaria de Saúde, como sugerido por Adriano, para evitar que novas situações problemáticas se repitam. Além disso, ressaltou que os problemas das OS não são exclusivos de Catanduva, ocorrendo em várias regiões do país. Guido, como membro novato do conselho, destacou a necessidade de focar no presente e no futuro, em vez de discutir excessivamente o passado. Ele ressaltou problemas de comunicação entre as comissões e a importância de analisar detalhadamente os livros da Secretaria antes de reprovar contas, evitando decisões baseadas apenas em argumentos genéricos. Guido enfatizou a responsabilidade pessoal de cada conselheiro, sugeriu atenção à próxima licitação e propôs uma maior interação com a comissão da Secretaria para esclarecer questões contratuais e evitar irregularidades, como documentos ou notas frias. Guido reforçou a necessidade de agir de forma concreta e definitiva daqui para frente, deixando de lado discussões repetitivas sobre problemas antigos. Ele destacou que os conselheiros têm um papel ativo de aprimoramento, capacitação e profissionalização, e que é essencial focar na

resolução dos problemas das OSs e da saúde municipal, para evitar que as mesmas falhas se repitam. Guido ressaltou a responsabilidade do conselho em criar um legado positivo e duradouro para o futuro. Ana Carolina trouxe um contraponto equilibrado à fala de Guido. Ela reconheceu a importância de focar no futuro, mas destacou que o histórico do provisionamento ajuda a entender como a situação chegou ao ponto atual. Ela também criticou a atuação da comissão de finanças do conselho, apontando que muitos conselheiros não analisam detalhadamente as notas e relatórios, limitando-se a ler apenas os documentos enviados pela secretaria. Ana reforçou que o papel do conselheiro é estudar minuciosamente cada nota, e que a comissão de orçamento e finanças tem uma responsabilidade ainda maior nesse acompanhamento. Newton ressaltou que, embora não se deva ficar preso ao passado, é justamente analisando os erros antigos que se encontram soluções para problemas atuais. Ele destacou uma prática anterior de uso indevido de valores da OS, explicando que antes os funcionários sequer tinham uniformes adequados e a Secretaria pagava fornecedores, gerando irregularidades que demoraram anos para serem corrigidas. Newton elogiou a iniciativa da Secretaria de agora segurar o dinheiro diretamente, evitando que as OSs administrem os recursos, e usou o exemplo histórico para mostrar que, mesmo demorando, medidas corretivas acabam surtindo efeito. Newton encerrou a discussão ressaltando que o passado ainda influencia o presente e mencionou a demora histórica para que irregularidades fossem detectadas. Em seguida, propôs **adiar a votação da prestação de contas** da Secretaria Municipal de Saúde referente a junho de 2025. Ele pediu que os favoráveis permanecessem em silêncio e que os contrários se manifestassem, sendo a decisão **aprovada por maioria**. Newton explicou que, no **oitavo item** da pauta, tratou-se do processo de escolha de integrantes do Distrito 2 do Conselho Municipal de Saúde. Tentativas anteriores de eleição não tiveram resultado, algumas unidades alegaram não ter recebido a convocação.

Foi solicitado parecer jurídico da Prefeitura (ofício 047-2025), que, analisando a legislação vigente (processo 16.611/2025), concluiu ser juridicamente viável o preenchimento das vagas remanescentes por representantes de outros

432 distritos, desde que respeitada a paridade entre segmentos (usuários,
433 trabalhadores, governo, prestadores) e precedida de deliberação formal e
434 transparente do colegiado. Assim, a Conselheira Thais, como Primeira
435 Secretária e advogada, foi designada para conduzir a eleição. Newton propôs
436 então a apreciação, discussão e votação do protocolo em plenário. Alessandra,
437 suplente do Adriano e servidora da secretaria, apresentou a atualização do
438 protocolo **do Implanon**, que é um implante contraceptivo para mulheres de 10
439 a 17 anos em situação de vulnerabilidade social (moradoras de rua, pacientes
440 com distúrbios mentais graves, mulheres soropositivas e filhas de
441 soropositivas). A principal mudança proposta foi ampliar a faixa etária para 10 a
442 19 anos, 11 meses e 30 dias, respeitando o Estatuto da Criança e do
443 Adolescente: meninas de 10 a 12 anos precisam de autorização dos
444 responsáveis; a partir de 12 anos, não é necessária. Além disso, o Implanon
445 passou de 3 para 5 anos de duração, exigindo orientação adequada para evitar
446 remoções precoces, dado o custo elevado do implante (aproximadamente R\$
447 1.200 em consultórios particulares). A secretaria pretende intensificar a
448 divulgação do protocolo, incluindo vídeos explicativos, e treinar enfermeiros
449 para garantir a correta aplicação e adesão ao programa. Alessandra abriu
450 espaço para dúvidas, mas não houve questionamentos adicionais. Newton
451 colocou em votação a implantação do protocolo do Implanon pela Secretaria
452 Municipal de Saúde, e os conselheiros **aprovaram por unanimidade**. Em
453 seguida, ele anunciou a passagem para **os informes dos conselheiros**
454 municipais de saúde, destacando que concederia a palavra primeiro à
455 conselheira Ana Carolina (que havia solicitado) e, depois, ao senhor Antônio
456 Bento. José Vendramini fez um relato histórico e atual sobre a situação do
457 Mahatma Gandhi, destacando a importância da ação da Secretaria da Saúde e
458 do departamento jurídico no depósito judicial dos recursos. Ele enfatizou que,
459 se o dinheiro tivesse sido depositado diretamente na conta do Mahatma, os
460 pagamentos seriam rapidamente bloqueados judicialmente em outros estados,
461 prejudicando o pagamento de salários. Ele agradeceu à Secretaria e à equipe
462 pela condução correta e segura do processo, mencionando que os pagamentos
463 estão sendo feitos judicialmente, incluindo casos específicos como pensão

alimentícia, e que algumas pessoas ainda aguardam recebimento devido a processos anteriores à intervenção. Adriano informou que a interventora liberou o pagamento dos dentistas para amanhã, resolvendo assim mais um caso pendente. Ana Carolina informou que se encontrou com Carla Mendes, representante das mulheres transexuais e profissionais do sexo de Catanduva, e trouxe a demanda de que está faltando preservativo masculino nas unidades de saúde. Ela solicitou que esse tema seja incluído na pauta da próxima reunião do conselho. Adriano explicou que a questão dos preservativos é parte de um programa federal, cujo repasse é feito ao Estado para distribuição. Ele mencionou que houve problemas na licitação federal, o que atrasou o envio. Por conta disso, a Secretaria comprou 20 mil preservativos por conta própria, mas a distribuição será limitada, já que não há previsão orçamentária para cobrir todos os locais até a normalização do repasse federal. Ele também destacou que o conselho foi informado dessa situação. Em seguida, concedeu a palavra à conselheira Ana Carolina para tratar da inclusão da pauta. Ana Carolina solicitou formalmente, com base no artigo 24, §7º do Regimento Interno do Conselho Municipal de Saúde de Catanduva, a inclusão na pauta da reunião da criação de um grupo de trabalho vinculado à Comissão de Orçamentos e Finanças. Ela justificou a proposta apontando que a comissão, composta atualmente por apenas quatro membros, está sobrecarregada diante da complexidade das atribuições, especialmente após problemas recentes envolvendo a prisão de dirigentes de uma organização social responsável pela gestão das unidades de saúde. O grupo de trabalho proposto teria de três a cinco membros, incluindo conselheiros e convidados externos, respeitando a representatividade, conforme o artigo 17 do Decreto 7.409/2018. O objetivo é apoiar a comissão na análise da execução orçamentária, na fiscalização de contratos e convênios, e garantir maior transparência e eficiência no uso dos recursos públicos destinados à saúde. Newton abriu espaço para que os conselheiros se manifestassem sobre a solicitação de Ana Carolina, que pediu a criação de um grupo de trabalho vinculado à Comissão de Orçamentos e Finanças. Ele informou que a solicitação já havia sido protocolada no conselho

498 e que, em função disso, foi solicitado o adiamento da prestação de contas da
499 Secretaria de Saúde, antes de ouvir observações ou debates sobre a proposta.
500 Guido questionou Ana Carolina sobre a questão legal da composição da
501 comissão, explicando que, conforme as diretrizes, a comissão pode ter até oito
502 membros, mas que não estavam conseguindo preencher todas as vagas. Ele
503 mencionou que entendeu que Ana Carolina pretendia trazer pessoas de fora do
504 conselho para auxiliar nos trabalhos e perguntou como seria garantida a
505 paridade e como seria formalizado o convite dessas pessoas externas, já que a
506 comissão interna não conseguiria se completar com seus próprios membros.
507 Ana Carolina explicou que a proposta é justamente criar um grupo de trabalho
508 separado da comissão, destinado a ajudá-la nas atividades. Ela destacou que
509 existem ex-conselheiros competentes que já fizeram parte da comissão, além
510 de advogados e contadores interessados em participar do grupo. Ressaltou
511 que seria uma ajuda válida para o conselho, considerando que a comissão
512 atualmente está com poucos membros, e deixou a decisão para votação dos
513 demais conselheiros. Newton explicou que, ao analisar a solicitação de Ana
514 Carolina, verificou a questão legal envolvendo grupos de trabalho. Destacou
515 que o diferencial do grupo de trabalho é permitir a participação de pessoas
516 externas ao conselho, como contadores, advogados ou peritos, o que não é
517 permitido na comissão, cuja composição é exclusiva de conselheiros.
518 Ressaltou que o grupo não terá posição final, mas servirá para auxiliar a
519 comissão, oferecendo maior segurança e garantias na análise e votação das
520 matérias. Newton também enfatizou a importância de criar mecanismos que
521 evitem repetir erros do passado, lembrando experiências anteriores desde
522 2016, e concluiu solicitando se mais alguém queria se manifestar. Adriano
523 questionou sobre o funcionamento dos convites para o grupo de trabalho,
524 perguntando quem faz os convites e se há necessidade de aprovação pelo
525 plenário ou pelo conselho. Manifestou preocupação com a formalização e
526 documentação do processo, enfatizando a necessidade de critérios claros, para
527 evitar que pessoas sem qualificação adequada sejam incluídas, o que poderia
528 prejudicar a atuação do grupo. Newton explicou que, como Ana Carolina foi a
529 solicitante da criação do grupo de trabalho, ela deve ser a coordenadora.

531 Destacou que, como coordenadora, ela precisará seguir os trâmites legais e
532 regimentais do conselho e, em caso de dúvidas, consultar o setor jurídico.
533 Esclareceu que qualquer nomeação de participantes externos deve ser
534 apresentada ao plenário para aprovação. Ressaltou que os convidados devem
535 ter conhecimento técnico e experiência relevantes para auxiliar a comissão,
536 garantindo que a escolha seja criteriosa e fundamentada. Ana Carolina
537 explicou que, por já ter experiência na comissão, conhece pessoas qualificadas
538 que poderiam contribuir para a leitura e análise das notas, já que sozinha, nem
539 ela nem a conselheira Marina conseguem dar conta de todas. Destacou que a
540 participação de pessoas externas é justa e necessária, considerando que
541 conselheiros muitas vezes não têm disponibilidade para assumir
542 responsabilidades adicionais. Reforçou que os convidados serão escolhidos
543 com critério, garantindo competência para o trabalho do grupo de trabalho.
544 Ricardo elogiou a proposta de Ana Carolina, destacando que a criação do
545 grupo de trabalho é uma forma de otimizar a análise das prestações de contas,
546 dado o volume enorme de documentação. Ressaltou que a expertise da
547 comissão atual não cobre todas as áreas, especialmente a contábil, e que a
548 participação de pessoas externas qualificadas, como contadores, agregaria
549 valor e ajudaria a tornar o processo mais transparente. Sugeriu ainda que, se
550 possível, fosse feita uma integração entre comissões para evitar duplicidade de
551 trabalho e melhorar a eficiência na análise das contas. Ana Carolina explicou
552 que o grupo de trabalho teria a função de auxiliar a comissão do conselho.
553 Esclareceu que, atualmente, os conselheiros apenas leem os pareceres
554 durante as reuniões da comissão da Secretaria de Saúde, sem discutir
555 detalhadamente as notas, devido ao grande volume de documentação.
556 Destacou que o grupo ajudaria a secretaria, funcionando como um apoio
557 adicional, e ressaltou que qualquer questão jurídica sobre a junção de
558 comissões dependeria de consulta ao setor jurídico da prefeitura. Newton
559 informou que, como a sugestão partiu da conselheira Ana Carolina, o plenário
560 deliberaria sobre a criação do grupo de trabalho, com Ana Carolina como
561 coordenadora, responsável pelos trâmites legais, apreciação e indicação dos
562 membros para apresentação ao plenário. A criação do grupo e a coordenação

564 de Ana Carolina foram colocadas em votação e **aprovadas por unanimidade**.
565 Ressaltou que a atuação conjunta com a comissão da secretaria dependeria de
566 embasamento jurídico, para evitar duplicidade de trabalhos, como mencionado
567 anteriormente por Ricardo. O último ponto da pauta foi a solicitação de uso da
568 palavra pelo senhor Antônio. Antonio Bento cumprimentou os conselheiros e
569 visitantes, explicando que sua condição física não permitia ficar muito tempo
570 em pé. Ele solicitou licença para se manifestar e afirmou que desejava dialogar
571 com a Comissão de Orçamento e Finanças, observando a ausência de duas
572 conselheiras. Ressaltou a grande responsabilidade da comissão, que gera
573 recursos para o município e para a saúde, e enfatizou que todos os
574 conselheiros possuem responsabilidade sobre essas questões. Antonio
575 destacou a necessidade de melhor fiscalização e esclarecimento das situações
576 inadequadas na saúde de Catanduva, mencionando problemas como o não
577 funcionamento do Raio-X na UPA. Alertou para a responsabilidade coletiva do
578 conselho, lembrando que o não comparecimento e a irregularidade em
579 conselhos locais dificultam o trabalho da secretaria. Por fim, incentivou os
580 conselheiros a votarem com consciência, cautela e conhecimento, evitando
581 decisões em dúvida, e elogiou a postura do presidente Fernando em abrir e
582 cobrar informações de forma transparente. Concluiu agradecendo a atenção de
583 todos. Sem mais nada a tratar, o presidente Newton Fernando Veteri encerrou
584 a reunião, desejando uma boa noite a todos os presentes.. Eu, Leonardo
585 Azevedo Vendramini, secretariei a sessão e lavrei a presente ata, que após lida
586 e aprovada será assinada por mim e pelos demais presentes.

587 Ana Carolina Cordeiro Rulli_____

588 Adriano César de Araújo_____

589 Andréa Verna Pereira_____

590 Benedita de Fátima Donadon_____

591 Ericsson Bobadilha dos Santos_____



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVA

- 593 Eva Narciso Miguel _____
- 594 Giselda Mara Orlando Gozzo _____
- 595 Gislaine Terezinha Grandizolli Martani _____
- 596 Guido Corsini Neto _____
- 597 José Benedito Vendramini _____
- 598 Marco Cesar Gussoni _____
- 599 Marjori Americano Ribeiro de Souza _____
- 600 Maria Aparecida de Oliveira Martins _____
- 601 Marina Domingos Vitor _____
- 602 Marina Mendes Gomes Silva _____
- 603 Nadir de Oliveira _____
- 604 Newton Fernando Veteri _____
- 605 Pedro Jorge Custodio Da Silva _____
- 606 Sheila Antonia Martins Ferreira _____
- 607 Thaisa Garcia Vicente de Oliveira _____